



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro



26ª VARA FEDERAL

AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

AÇÃO CIVIL PÚBLICA Nº 2004.5101.011557-5

Autor: **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

Proc. Rep.: Mauricio Ribeiro Manso

Réu: **UNIÃO**

Proc.: Nelson Orlando de Alarcão Duccini – OAB/RJ 77.103

Réu: **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Proc.: Renata Guimarães Soares Bechara – mat. 836.246-9

Terceiro: **IPHAN**

Proc.: Nelson Lacerda Soares – mat. 223112

Terceiro: **ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ESCOLA DE ARTES
VISUAIS DO PARQUE LAGE**

Proc.: Leilha Nesia Soares Gomes Canedo – OAB/RJ 33.153

Assistente: **IBAMA**

Proc.: Alessandro Quintanilha Machado – mat. 1380714

JUIZ FABRÍCIO FERNANDES DE CASTRO

Ao primeiro dia do mês de junho do ano de dois mil e seis, nesta cidade do Rio de Janeiro, na sala de audiências do Juízo da Vigésima Sexta Vara Federal, presente o MM. Juiz Federal Substituto, **DR. FABRÍCIO FERNANDES DE CASTRO**, comigo a Diretora de Secretaria adiante declarada, foi aberta audiência e apregoadas as partes, tudo de acordo com as formalidades de praxe, tendo respondido ao pregão o Procurador da República, os réus, representados por seus procuradores, bem como a advogada da AMEAV e os procuradores do IPHAN e do IBAMA. Aberta a audiência, pelo Ministério Público e pelos réus foi celebrado termo de ajustamento de conduta, com as seguintes cláusulas: 1. O Estado do Rio de Janeiro concorda com o relatório apresentado pelo IPHAN na



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio de Janeiro

audiência realizada conforme ata de fls. 162/163, exceto quanto aos valores. 2. O Estado do Rio de Janeiro apresentará ao IPHAN, no prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, os projetos necessários às obras de conservação e restauração para aprovação do IPHAN. 3. O IPHAN, uma vez recebidos os projetos do item 2, terá 30 (trinta) dias para analisar os projetos e, acaso não aprovados, devolvê-los ao Estado para as adequações necessárias igualmente em 30 (trinta) dias. 4. Após as aprovações finais do IPHAN, o Estado do Rio de Janeiro tem 90 (noventa) dias para iniciar as obras. 5. ~~Acaso descumpridos, total ou parcialmente, quaisquer dos itens anteriores, ficará resolvido, de pleno direito, qualquer termo de cessão referente à área objeto deste processo, firmado entre a União e o Estado do Rio de Janeiro, subrogando-se a União nas obrigações assumidas pelo Estado do Rio de Janeiro nos itens 2 a 4 acima.~~ 6. O descumprimento, seja pelo Estado do Rio de Janeiro, ~~seja pela União, das obrigações acima fixadas, implicará, ainda, em multa de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), ex vi do art. 17 do Decreto-lei nº 25 de 30.11.1937, a ser revertida em favor das obras de conservação e restauração fixadas no relatório anexado à ata de fls. 162/163, sem prejuízo da obrigação de fazer remanescente da União e do Estado do Rio de Janeiro de restauro do imóvel objeto desta demanda, nos termos, mais uma vez, do relatório de fls. 162/163.~~ **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: "Homologo por sentença os termos do ajuste acima celebrado e julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Sem custas nem honorários. Publicada em audiência. Registre-se. Ficam intimados os presentes."** NADA MAIS havendo, mandou o MM. Juiz encerrar esta audiência, cientes os presentes, do que para constar foi lavrado este termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Renata Gomes Casanova de Oliveira e Castro, Técnico Judiciário, digitei. E eu, _____, Kelly Meire Peixoto Menezes, Diretora de Secretaria, subscrevo.

MM. Juiz: Edson Fernandes de Azevedo

Proc Rep.: _____

PGE.: Renata Casanova

AGU: _____

IPHAN: Nelson

Adv. AMEAV: _____

IBAMA: _____
Alessandro Q. Machado
Procurador-Chefe
SIAPE 1380714